



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS – CEJUR

8^o EXAME DE SELEÇÃO

**ESTÁGIO DE PRÁTICA FORENSE E DE
ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA
- 2000 -**



PROCURADORIA-GERAL DO ESTADO
CENTRO DE ESTUDOS JURÍDICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

1) **Contra Proposta de Emenda Constitucional, em tramitação no Congresso Nacional, que autoriza o legislador ordinário a cominar a pena de morte a determinados crimes hediondos é cabível:**

- a) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada pelo Conselho Federal da OAB;
- b) ação direta de inconstitucionalidade ajuizada por Governador de Estado;
- c) mandado de segurança impetrado por Deputado Federal para o fim de sustar a tramitação da Proposta;
- d) mandado de segurança coletivo impetrado por entidade de classe de âmbito nacional;
- e) decretação de estado de sítio.

2) **A ação popular pode ser proposta:**

- a) por qualquer pessoa, física ou jurídica, dotada de capacidade civil;
- b) por qualquer nacional brasileiro, nato ou naturalizado;
- c) por cidadão brasileiro, nato ou naturalizado;
- d) apenas por brasileiro nato;
- e) por cidadão brasileiro ou associação constituída há pelo menos um ano para a defesa da moralidade administrativa.

3) **A concessão de medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade:**

- a) opera, em regra, efeitos *ex tunc* (retroativos);
- b) torna aplicável a legislação anterior existente, salvo expressa manifestação em contrário do STF;
- c) não tem previsão constitucional ou legal expressa;
- d) não pode, em hipótese alguma, ser dotada de eficácia retroativa;
- e) revoga a lei apontada como inconstitucional.

4) **A lei complementar:**

- a) pode sempre ser revogada por lei ordinária;
- b) só pode ser revogada por outra lei complementar;
- c) só pode tratar dos assuntos que a Constituição a ela reservar de modo expreso;
- d) ostenta posição de superioridade hierárquica em relação às leis ordinárias;
- e) pode versar sobre qualquer assunto, à discricção do Poder Legislativo.

5) **Assinale a opção incorreta:**

- a) a investidura em cargos, empregos e funções públicas depende sempre de aprovação em concurso público;
- b) o servidor público civil pode se filiar a sindicato;
- c) aos militares são vedadas a greve e a sindicalização;
- d) somente os servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo podem adquirir estabilidade;
- e) os servidores ocupantes de cargo em comissão podem ser livremente exonerados, a qualquer tempo, nos termos da lei.

6) Qual o instrumento processual a ser utilizado por servidor público cujo pedido de aposentadoria não foi apreciado, no prazo assinado pela lei, pela autoridade administrativa competente?

- a) ação popular;
- b) mandado de injunção;
- c) ação direta de inconstitucionalidade por omissão;
- d) mandado de segurança;
- e) *habeas corpus*.

7) Assinale a opção correta:

- a) a Federação brasileira, tal como a norte-americana, formou-se por um processo de agregação de Estados independentes;
- b) os Municípios não podem ser considerados unidades federativas no Brasil;
- c) a competência residual, em matéria tributária, é da União Federal;
- d) aos Estados-membros são reservadas as competências taxativamente enumeradas na Constituição;
- e) o Distrito Federal, como unidade federativa anômala, pode subdividir-se em Municípios.

8) Ao Superior Tribunal de Justiça compete:

- a) julgar os conflitos entre a União e os Estados-membros;
- b) zelar pela uniformidade da interpretação do direito federal;
- c) julgar os Ministros de Estados nas infrações penais comuns;
- d) julgar a ação direta interventiva;
- e) julgar os recursos contra decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho.

9) As medidas provisórias:

- a) têm força de lei ordinária, embora não possam instituir crimes e cominar penas;
- b) podem revogar leis complementares;
- c) não podem ser objeto de controle de constitucionalidade;
- d) perdem a eficácia, desde a sua edição, caso não sejam apreciadas em 60 dias pelo Congresso Nacional;
- e) não podem ser reeditadas.

10) As leis municipais estão sujeitas a controle de constitucionalidade:

- a) abstrato, em face da Constituição da República;
- b) incidental, apenas em face da Constituição do Estado-membro;
- c) incidental e abstrato, tanto em face da Constituição da República como em face da Constituição do Estado-membro;
- d) incidental, em face da Constituição da República e da Constituição do Estado-membro, e abstrato, apenas em face da Constituição do Estado-membro;
- e) apenas em face da Lei Orgânica do Município.

11) "A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito". Este princípio:

- a) pode ser suprimido por Emenda Constitucional;
- b) inviabiliza a instituição do juízo arbitral no direito brasileiro;
- c) não impede que a lei exija o prévio exaurimento das instâncias administrativas como condição para ingresso de demanda perante o Poder Judiciário;
- d) não é consagrado no direito brasileiro;
- e) é denominado princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional.

12) É vedada a cobrança de tributos em relação a fatos gerados ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Este princípio:

- a) é chamado princípio da anterioridade tributária;
- b) pode ser suprimido por Emenda Constitucional;
- c) é conhecido como princípio da irretroatividade tributária;
- d) não se aplica às taxas e contribuições de melhoria;
- e) está expressamente elencado dentre os direitos e garantias individuais.

13) Assinale a opção incorreta:

- a) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil;
- b) são brasileiros natos os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, desde que estes não estejam a serviço de seu país;
- c) os portugueses com residência permanente no Brasil poderão ocupar o cargo de Ministro do Supremo Tribunal Federal;
- d) a nacionalidade brasileira será perdida caso o brasileiro adquira, voluntariamente, outra nacionalidade;
- e) a língua portuguesa é o idioma oficial da República Federativa do Brasil.

14) A ação declaratória de constitucionalidade:

- a) pode ser ajuizada por partido político com representação no Congresso Nacional;
- b) tem a finalidade de retirar do ordenamento jurídico as normas incompatíveis com a Constituição;
- c) não comporta provimento cautelar;
- d) é cabível contra leis ou atos normativos federais e estaduais;
- e) só pode ser ajuizada pelo Presidente da República, pelo Procurador-Geral da República, pela Mesa do Senado Federal e pela Mesa da Câmara dos Deputados.

15) O Supremo Tribunal Federal:

- a) é composto por onze Ministros, escolhidos dentre membros da magistratura, Ministério Público e advogados, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos, reputação ilibada e notório saber jurídico;
- b) exerce, privativamente, o controle de constitucionalidade das leis federais e estaduais;
- c) tem competência para julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade por ele praticados;
- d) tem seus Ministros nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal;
- e) é o tribunal constitucional brasileiro, não integrando a estrutura do Poder Judiciário.

16) Assinale a opção correta:

- a) os direitos e garantias individuais elencados no art. 5º só se aplicam aos brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil;
- b) o mandado de injunção tem por finalidade, segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, notificar a autoridade de que sua omissão na edição de norma regulamentadora está inviabilizando o exercício de direito assegurado pela Constituição;
- c) o princípio da legalidade significa que a Administração Pública poderá fazer tudo o que não lhe for vedado por lei;
- d) os princípios do contraditório e ampla defesa não se aplicam aos processos administrativos;
- e) o *habeas corpus* poderá ser impetrado para anular ato do Poder Público atentatório à moralidade administrativa.

17) O alistamento eleitoral:

- a) é obrigatório para quem tem entre 18 (dezoito) e 75 (setenta e cinco) anos;
- b) é facultativo para os analfabetos e os conscritos, durante o serviço militar obrigatório;
- c) é um direito político assegurado apenas aos brasileiros natos;
- d) é facultativo para quem tem entre 16 (dezesesseis) e 18 (dezoito) anos ou mais de 70 (setenta) anos;
- e) é proibido a todo e qualquer militar.

18) Assinale a opção incorreta:

- a) a doutrina majoritária não admite a validade dos regulamentos autônomos no direito brasileiro;
- b) salvo autorização constitucional expressa, o regulamento não pode inovar a ordem jurídica para criar direitos ou obrigações;
- c) o Supremo Tribunal Federal admite o cabimento de ação direta de inconstitucionalidade contra regulamentos autônomos;
- d) regulamento de execução é aquele que supre a ausência de lei formal sobre determinada matéria;
- e) regulamentos são atos administrativos normativos, secundários à lei formal.

19) A Constituição brasileira de 1988:

- a) revogou integralmente a Constituição anterior;
- b) revogou integralmente a legislação infraconstitucional anterior;
- c) devia respeitar os limites jurídicos impostos pelas cláusulas pétreas previstas na Constituição anterior;
- d) recepcionou os dispositivos da Constituição anterior, com ela materialmente compatíveis, convolvendo-os em normas com força de lei ordinária;
- e) recepcionou a legislação infraconstitucional anterior, com ela compatível, convolvendo-a em normas infralegais.

20) Compete privativamente à União legislar sobre:

- a) direito tributário;
- b) direito financeiro;
- c) direito econômico;
- d) custas dos serviços forenses;
- e) direito do trabalho.

DIREITO CIVIL

21) A revogação em sua totalidade é denominada, respectivamente:

- a) subrogação e ab-rogação;
- b) confusão e novação;
- c) derrogação e ab-rogação;
- d) derrogação e novação;
- e) ab-rogação e derrogação.

22) Assinale a alternativa incorreta:

- a) as sociedades de economia mista constituem pessoas jurídicas de direito privado;
- b) a Secretaria de Estado de Fazenda tem personalidade jurídica de direito público;
- c) cabe aos Estatutos de uma sociedade de direito privado a designação dos representantes da pessoa jurídica;
- d) as pessoas jurídicas de direito público são representadas em juízo ou fora dele pelas autoridades indicada na lei ou pelos regulamentos;
- e) as pessoas jurídicas de direito privado que não forem autorizadas a funcionar ou não tiverem sido registradas não poderão acionar seus membros, nem a terceiros, mas estes poderão responsabilizá-los por todos os seus atos.

23) O ato jurídico em que um dos eventuais herdeiros cede a sua parte na herança de pessoa ainda viva é:

- a) anulável;
- b) nulo;
- c) ratificável;
- d) retificável;
- e) possível convalidar com o decurso do tempo.

24) A garantia contra a evicção é:

- a) a possibilidade de se recusar uma coisa recebida em virtude de contrato por defeitos ocultos;
- b) a possibilidade de se recusar uma coisa em virtude de contrato por vícios que diminuam o valor;
- c) a responsabilidade do vendedor no caso de algum terceiro reivindicar do comprador a coisa comprada;
- d) ter o alienante sem culpa direito a todo o preço no caso de contrato aleatório;
- e) a restituição do sinal, quando o contrato for desfeito.

25) A responsabilidade aquiliana é :

- a) legal ou extracontratual;
- b) contratual;
- c) decorrente da teoria do risco integral;
- d) subjetiva;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

26) Assinale a alternativa correta:

- a) a responsabilidade objetiva do Estado implica em não ser possível a arguição de culpa concorrente da vítima;
- b) o servidor público, mesmo sem estar em serviço, que causa dano a terceiros enseja a responsabilidade civil do Estado;
- c) responde o Estado por danos causados por seus agentes, segundo a teoria do risco integral;
- d) o Estado não responde civilmente por danos causados por servidores autárquicos.
- e) as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causem a terceiros.

27) São condições potestativas:

- a) as que dependem de fato alheio e estranho a vontade do agente;
- b) as que dependem da vontade do agente;
- c) as fisicamente impossíveis;
- d) as juridicamente impossíveis;
- e) todas as respostas acima estão corretas.

28) Assinale a alternativa incorreta:

- a) erro é o desajuste involuntário entre a vontade real do sujeito da relação jurídica e a sua manifestação por palavras;
- b) dolo é a falsa representação a qual uma pessoa é induzida por malícia, ardil ou fraude de outrem;
- c) coação é a violência ou ameaça que obriga certa pessoa a realizar um ato que não praticaria por livre e espontânea vontade;
- d) simulação ocorre quando as partes manifestam uma vontade diferente da vontade real, visando a aparentar um negócio jurídico que não corresponde à realidade;
- e) a ação anulatória por fraude contra credores não pode ser movida contra os terceiros adquirentes de boa-fé.

29) Assinale a alternativa incorreta:

- a) a prescrição corre contra menor de dezoito anos;
- b) a prescrição suspende-se e interrompe-se nos casos taxativamente enumerados;
- c) na suspensão da prescrição soma-se o prazo anterior ao início da suspensão com período posterior a causa que fez terminar a suspensão;
- d) não pode haver renúncia à prescrição antes de decorrido o prazo estabelecido por lei;
- e) impedem a prescrição a pendência de condição suspensiva ou de termo.

30) Decai o direito de impetrar mandado de segurança apósdo ato ilegal:

- a) quatro meses;
- b) 120 dias;
- c) 30 dias;
- d) três meses;
- e) sessenta dias.

31) Os bens móveis se transferem por:

- a) escritura pública;
- b) nota fiscal;
- c) tradição;
- d) acessão;
- e) incorporação.

32) Os elementos da obrigação são:

- a) os sujeitos, o objeto e o vínculo jurídico;
- b) a prestação e o patrimônio;
- c) débito e responsabilidade;
- d) licitude e prestação;
- e) os sujeitos e o vínculo jurídico.

33) É exemplo de obrigação natural:

- a) a novação;
- b) a dívida prescrita;
- c) a evicção;
- d) a dívida de jogo;
- e) as alternativas "b" e "d" acima.

34) Na obrigação de dar coisa incerta , o devedor se compromete a fornecer coisa:

- a) infungível;
- b) fungível;
- c) singular;
- d) personalíssima;
- e) exigível desde logo.

35) São obrigações reais ou "propter rem":

- a) pagar o imposto imobiliário;
- b) pagar a recompensa prometida;
- c) devolver a quantia emprestada;
- d) pagar as despesas de condomínio;
- e) as alternativas "a" e "d" estão corretas.

36) Não é quinquenal a a prescrição das ações contra:

- a) autarquias;
- b) empresas públicas;
- c) a União;
- d) Estados;
- e) Municípios.

37) São fontes das obrigações no direito brasileiro:

- a) os atos jurídicos, os atos ilícitos e a lei;
- b) os atos jurídicos e a lei;
- c) os atos jurídicos e os atos ilícitos;
- d) a culpa e o dolo;
- e) os atos jurídicos e a culpa.

38) Não são bens de uso comum do povo:

- a) as praças;
- b) as ruas e estradas;
- c) os rios navegáveis;
- d) as repartições públicas;
- e) as praias naturais.

39) Assinale a alternativa incorreta:

- a) no contrato unilateral responde por simples culpa o contraente favorecido e só por dolo, a quem o contrato não favorece;
- b) no contrato bilateral cada uma das partes responde tanto por culpa como por dolo;
- c) a exceção do contrato não cumprido é a possibilidade da parte lesada pelo inadimplemento do outro contratante requerer a rescisão do contrato por perdas e danos;
- d) a doação sem encargo é contrato unilateral;
- e) a compra e venda é contrato bilateral.

40) É contrato de adesão:

- a) as passagens aéreas;
- b) a doação;
- c) a locação;
- d) a compra e venda;
- e) nenhuma das respostas anteriores.

TEORIA GERAL DO PROCESSO

41) O princípio da inércia significa que:

- a) o processo se origina por iniciativa do juiz;
- b) o processo se origina por iniciativa da parte;
- c) o processo se desenvolve por impulso do juiz;
- d) o processo se desenvolve por iniciativa da parte;
- e) o processo somente se origina e se desenvolve por iniciativa da parte.

42) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) nem toda a atividade jurisdicional está confiada ao Poder Judiciário;
- b) nem toda a atividade desenvolvida pelo Judiciário se qualifica como jurisdicional;
- c) no Brasil a Jurisdição é repartida entre o Poder Judiciário e o Poder Executivo;
- d) o Poder Judiciário também exerce função administrativa;
- e) o Poder Judiciário também exerce função legislativa.

43) São elementos da ação:

- a) possibilidade jurídica, interesse de agir, legitimidade para a causa;
- b) partes, juiz e processo;
- c) processo e procedimento;
- d) partes, causa de pedir e pedido;
- e) partes, interesse de agir e pedido.

44) Competência é:

- a) a capacidade do juiz de elaborar boas sentenças;
- b) o mesmo que capacidade processual da parte;
- c) a capacidade do advogado de ganhar ações;
- d) o mesmo que jurisdição;
- e) a quota de jurisdição que é atribuída a cada juiz.

45) Assinale a afirmativa incorreta:

São princípios gerais do direito processual:

- a) princípio da imparcialidade do juiz;
- b) princípio da capacidade contributiva;
- c) princípio da igualdade;
- d) princípio da lealdade processual;
- e) princípio da publicidade.

46) São auxiliares eventuais da Justiça:

- a) o Oficial de Justiça e o Juiz;
- b) o Escrivão e o Juiz;
- c) o Partidor e o Depositário Público;
- d) o Perito e o Administrador;
- e) o Partidor e o Perito.

47) Pode-se afirmar que existem no Direito Processual Brasileiro:

- a) processo de conhecimento e procedimento cautelar;
- b) processo de conhecimento e procedimento de execução;
- c) processo de execução e procedimento de conhecimento;
- d) processo de conhecimento e procedimento comum, que poderá ser ordinário e sumário;
- e) processo cautelar e procedimento de execução.

48) São espécies de competência relativa:

- a) competência hierárquica e competência de juízo;
- b) competência interna e competência de juízo;
- c) competência interna e competência territorial;
- d) competência hierárquica e competência de valor;
- e) competência territorial e competência de valor.

49) A Constituição Federal de 1988 prevê:

- a) que a competência para legislar sobre processo é privativa para os Estados;
- b) que a competência para legislar sobre processo é privativa para os Municípios;
- c) que a competência para legislar sobre processo é privativa para a União;
- d) que a competência para legislar sobre processo é privativa para a União, sendo concorrente para a União e os Estados quanto aos procedimentos em matéria processual;
- e) que a competência para legislar sobre processo é privativa para os Estados, sendo concorrente para os Estados e Municípios quanto aos procedimentos em matéria processual.

50) Assinale a afirmativa incorreta:

- a) as normas de direito processual são cogentes ou dispositivas;
- b) as normas de direito processual são de direito público;
- c) a relação que se estabelece no processo é de coordenação;
- d) na relação jurídica processual prevalece o interesse público na resolução dos conflitos e controvérsias;
- e) as normas processuais constituem o critério de proceder, de maneira que, uma vez desobedecidas, ensejam a ocorrência do error in procedendo.

**8º EXAME DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS AO ESTÁGIO DE PRÁTICA
FORENSE E DE ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE SELEÇÃO DE ESTAGIÁRIOS faz
saber aos interessados que é o seguinte o gabarito do Exame de Seleção realizado em
21.05.2000:

DIREITO CONSTITUCIONAL	DIREITO CIVIL	TEORIA GERAL DO PROCESSO
01 - C	21 - anulada	41 - B
02 - C	22 - B	42 - C
03 - B	23 - B	43 - D
04 - C	24 - C	44 - E
05 - A	25 - A	45 - B
06 - D	26 - E	46 - D
07 - C	27 - B	47 - D
08 - B	28 - E	48 - E
09 - A	29 - A	49 - D
10 - D	30 - B	50 - C
11 - E	31 - C	
12 - C	32 - A	
13 - C	33 - E	
14 - E	34 - B	
15 - D	35 - E	
16 - B	36 - B	
17 - D	37 - A	
18 - D	38 - D	
19 - A	39 - C	
20 - E	40 - A	